



Impresso Especial
9912259023/2010-DR/SC
ALESC
...CORREIOS...

ED.389

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

DEPUTADOS APROVAM MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO EXECUTIVO

Projeto de lei complementar, que trata do modelo de gestão e da estrutura organizacional, recebe 24 votos favoráveis



FÁBIO QUEIROZ

Partidos de oposição - PT, PDT e PCdoB - defenderam emendas em destaque - todas rejeitadas; propostas receberam três emendas do Executivo incorporadas ainda nas comissões

PÁGINA 7

ATINGIDOS PELAS BARRAGENS MOBILIZADOS

FRENTE COBRA DUPLICAÇÃO DA BR-101



SONON SOARES

Comissão de Pesca e Aquicultura promove audiência pública em Cerro Negro para ouvir comunidade



SONON SOARES

Deputados estaduais liderados pelo presidente Gelson Merisio participam de reunião em Brasília

PÁGINAS 4 E 5

PÁGINA 5

APROVADO PROJETO QUE ISENTA PRODUTORES DE PINHÃO DO ICMS

PÁGINA 6



DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE

É lamentável e alarmante a situação que enfrentamos na saúde pública no Brasil. Santa Catarina ainda se coloca acima da média nacional, mas o desejo e a necessidade de melhorias é nossa realidade. O atual modelo de assistência médica é centralizado e não atende serviços complexos.

Desde sua criação, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem como preceitos a descentralização, regionalização, hierarquização e equidade dos serviços, modelo que não conseguimos implantar no Estado. Acredito ser necessário, para mudar esta realidade, um amplo debate traçando diagnósticos e linhas de ação, e mais investimentos na área.

Vejo que o Programa de Saúde da Família (PSF), do governo federal, conseguiu amenizar as carências de boa parte da população, no entanto, o maior desafio do nosso governo, e uma de minhas "ambições políticas", é avançar e ver descentralizados os ser-

viços de média e alta complexidade.

A ideia do PSF é boa, mas precisamos incrementar as ações complexas agindo da mesma forma, ou seja, disponibilizando mais dinheiro para os municípios e regionais catarinenses, para que estes possam formar boas equipes para trabalhar a saúde, de seu diagnóstico mais simples a uma cirurgia mais complexa.

O modelo que acredito ser o ideal é o do SUS, porém fazendo valer os preceitos de descentralização, hierarquização e equidade, aliados à criação de programas de assistência de média complexidade como cardiologia, pediatria, ginecologia, neurologia, cirurgia geral, etc; e nos municípios pólos de cada regional implantar serviços de alta complexidade. Desta forma a saúde dos catarinenses vai melhorar e ser referência para o País.

**DEPUTADO JORGE TEIXEIRA
(DEM)**



DESENVOLVIMENTO PARA TODOS

Infraestrutura e desenvolvimento devem sempre caminhar juntos para o crescimento econômico do Estado. No entanto ele deve acontecer de forma igualitária em todas as regiões. Porém o que vemos é o crescimento de uma determinada área enquanto outras seguem em constante atraso, visto a diferença nos investimentos de empresas no Norte e no Sul de Santa Catarina.

Cito como exemplo, a Siemens e a GM que juntas farão um investimento superior a R\$ 380 milhões, em Joinville, além de outras que irão gerar mais de 300 novos empregos. É claro que queremos que a região Norte continue crescendo, porém é necessário que as demais tenham investimentos e possam se desenvolver, e evitar que as famílias saiam de suas regiões em busca de emprego.

Sabemos que a economia do sul cresce e as empresas estabelecidas ampliam os seus trabalhos e o nú-

mero de empregos, mas nada comparado ao impacto que as empresas vem provocando na economia do Norte. O que falta no sul, para que possa receber esses investimentos, é logística e infraestrutura. Visto isso, a lentidão da duplicação da BR-101/Sul, a demora das obras no Porto de Imbituba, da conclusão do aeroporto de Jaguaruna e ampliação do fornecimento de energia.

Fatos esses que tem atrasado o desenvolvimento do Sul. "Amargamos esse fardo" nos últimos anos e temos a grande expectativa de recuperar esses investimentos agora com o governador Raimundo Colombo. A nossa grande expectativa é sermos prioridade nos próximos anos em investimentos para a geração de empregos e a instalação de novas empresas no sul.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON
SCHEFFER (PP)**

RELANÇAMENTO E MOSTRA

Simultaneamente à sessão especial no dia 13, que homenageou o centenário de nascimento do ex-governador catarinense Aderbal Ramos da Silva, o jornalista Luiz Henrique Tancredo relançou, em edição comemorativa, o livro biográfico "Dr. Deba – Poder e Generosidade", da editora Insular.

Segundo o colunista político Moacir Pereira, a obra é uma referência histórica da política de Santa Catarina, resultado de "um exaustivo trabalho de pesquisa do jornalista. Uma biografia variada traz informações inéditas sobre a vida privada do ex-governador, histórias sobre política, família, empresa, música e pescaria."

Em comemoração ao centenário, também foi inaugurada uma exposição de reproduções fotográficas na galeria de artes do Palácio Barriga Verde. A mos-

tra "100 Anos – Aderbal Ramos da Silva", que tem curadoria das duas filhas de Aderbal, Annita e Sílvia Hoepcke da Silva, e de Max José Muller, apresenta 36 imagens de acervo familiar e mostram a trajetória do homem por trás do político. São imagens que retratam bem o período em que ele viveu, época de uma cidade que poucos se lembram.

As fotos, no entanto, vão além da história pessoal: elas contam também a história e dos costumes do século passado. Duas fotografias marcantes são as das campanhas eleitorais da década de 1940. Em uma imagem, Aderbal Ramos aparece empurrando um carro junto com os companheiros para vencer um rio no município de Araranguá, e a outra aparece o mesmo veículo sendo transportado por uma frágil balsa.

AGENDA DA SEMANA

Dia 18, 10 horas – Comissão de Saúde – Audiência pública "A atual situação do Hospital e Maternidade Dona Lizete"
Local: Câmara de Vereadores de Taió

Dia 18, 15 horas – Comissão de Educação – Audiência pública "O futuro do curso de Enfermagem e a possibilidade de implantação de novos cursos universitários no campus da Udesc"
Local: Centro de Convivência dos Idosos - Palmitos

Dia 18, 19h30min – Comissão de Educação – Audiência pública "O futuro da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)"
Local: Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - São Miguel do Oeste

Dia 19, 19 horas – Lançamento do livro "Histórias de Santa Catarina - Naufragos e conquistadores", de Eleutério Nicolau da Conceição
Local: Hall

Mesa



Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin, Tatiani Magalhães e Vitor Santos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

Expedição: Aionara Preis Gabriel (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves

PARLAMENTO HOMENAGEIA ADERBAL RAMOS DA SILVA

Sessão especial destaca centenário de nascimento de ex-governador, que por mais de 50 anos esteve na política catarinense

VITOR SANTOS

Por proposição da Mesa, a Assembleia Legislativa realizou dia 13, no Plenário Osni Régis, sessão especial em homenagem ao ex-governador Aderbal Ramos da Silva (in memoriam), pela passagem do centenário de seu nascimento, em 18 de janeiro de 1911.

Os deputados Joares Ponticelli (PP) e Marcos Vieira (PSDB) falaram em nome do Poder Legislativo. Ponticelli lembrou que não só os amigos e aliados tinham admiração pelo doutor Aderbal, mas que “mesmo os adversários políticos respeitavam o ex-governador”.

Marcos Vieira, por sua vez, destacou que “por mais de 50 anos Aderbal Ramos da Silva exerceu uma liderança incontestável, deixando seguidores políticos que ainda hoje carregam o orgulho de terem recebido suas orientações. Generoso, mantinha uma ala inteira do Hospital de Caridade com recursos próprios, sem nunca ter se vangloriado de tal ação”.

O ex-presidente da Assembleia Legislativa, Lecian Slovinski, correligionário do ex-governador no Partido Social Democrático (PSD), lembrou que foi Aderbal quem resolveu os problemas de abastecimento de água e energia elétrica na Capital, colocando um ponto final no dito popular “Florianópolis: de noite sem luz, de dia sem água”.

Delfim Peixoto, ex-deputado e presidente da Federação Catarinense de Futebol, fez o lançamento do troféu “Aderbal Ramos da Silva”, que será entregue ao campeão catarinense de 2011. Sua posse definitiva caberá ao clube campeão três vezes consecutivas ou cinco vezes alternadas.



Deputados Joares Ponticelli e Marcos Vieira entregam placa para as filhas de Aderbal, Silvia e Annita, que falou em nome da família na sessão

Além da paixão pelo Avaí, Aderbal presidiu a Federação Catarinense de Futebol de 1939 a 1946, dela se licenciando para concorrer ao governo do Estado.

Coube à Annita Hoepcke da Silva, filha do ex-governador, falar em nome da família: “Nosso pai começou a vida política aqui, nesta Casa, aos 23 anos. Esta homenagem foi emocionante e muito importante para todos nós”.

No final da sessão, a família de Aderbal Ramos da Silva distribuiu aos deputados e aos convidados um exemplar do livro “Doutor Deba, Poder e Generosidade”, do jornalista Luiz Henrique Tancredo e recepcionou os convidados com um coquetel no hall da Assembleia Legislativa.

UM POUCO DA HISTÓRIA DO LÍDER

Aderbal Ramos da Silva nasceu em 18 de janeiro de 1911, no Palácio Cruz e Souza, em Florianópolis. Na época, seu avô materno, Vidal José de Oliveira Ramos, era o presidente de Santa Catarina. Advogado, jornalista, banqueiro, Aderbal foi deputado estadual (1935-1937) e federal (1945-1951 e 1955-1959), governador aos 36 anos (1947-1951), além de chefe político do Partido Social Democrático (PSD) desde sua criação, em 1945, até a extinção, em 1965.

Aderbal era um homem afável,

de conversa agradável, acessível a todos, desde o político, o empresário ao mais humilde catarinense. Sabia ouvir, mas decidia sozinho. Sua rotina era conhecida de todos. Pela manhã, frequentava o térreo do Palácio Cruz e Sousa; à tarde recebia pessoas na sede do Nosobanco, na rua Felipe Schmidt, ou no escritório da Navegação Hoepcke, na rua Deodoro. Depois seguia para o Iate Clube Veleiros da Ilha, sempre cercado de amigos e correligionários. “Doutor” Aderbal morreu em 13 de fevereiro de 1985.



Aderbal: afável

EXECUTIVOS CHINESES VISITAM LEGISLATIVO DURANTE MISSÃO COMERCIAL AO ESTADO



Ex-deputado Dagomar Carneiro, deputado Jailson Lima e presidente Gelson Merisio recepcionam comitiva chinesa

SOTON SOARES

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), recebeu dia 13 os executivos Chen Kong e Zhen Yang, representantes da estatal chinesa Beijin XJ Energy Techonology Co. Ltda. A visita é retorno da última missão parlamentar ao Oriente, em março, da qual participaram, além do presidente, os deputados Jailson Lima (PT) e Kennedy Nunes (PP). A empresa tem interesse no potencial energético renovável de Santa Catarina.

A expectativa dos chineses em relação ao potencial do Estado para produção energética é positiva. A XJ Energy tem grande experiência na área, com 70 mil empregados e forte atuação na produção de energia eólica, solar e biomassa,

com um faturamento anual de mais de um bilhão e 800 milhões de dólares.

Outro fator facilitador das negociações é que a empresa está instalada na província de Henan, co-irmã de Santa Catarina, que tem atualmente cerca de 100 milhões de habitantes e mantém há quase 10 anos relações empresariais, culturais e de intercâmbio educacional e científico com Santa Catarina.

Com base nesta vivência, Jailson Lima afirmou que há tratativas para uma futura parceria no aspecto cultural, promovendo a vinda de chineses para aprender o português na Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e o envio de brasileiros para estudar mandarim na China.

FÁBIO QUEIROZ

ARENA MULTIUSO DO NORTE DA ILHA EM DEBATE



Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia promove reunião

A gestão dos recursos na construção da Arena Multiuso de Florianópolis e o aproveitamento desse equipamento público motivaram, dia 7, audiência pública solicitada pela deputada Angela Albino (PCdoB) e promovida pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, no Plenário da Assembleia Legislativa. Agregando novas representações à comissão já formada para estudar adequações nesse empreendimento foi o encaminhamento da audiência, que contou com a participação de representantes das três esferas de governo e da sociedade civil organizada.

A proponente questionou a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis, responsável pela obra, a prefeitura e o governo do Estado em relação a diversos aspectos. O custo, inicialmente orçado em R\$ 18 milhões e depois licitado por R\$ 26 milhões, a inexistência de estudo de impacto na mobilidade da região e o descumprimento das obrigações previstas para receber recursos empenhados pela Caixa Econômica Federal foram alguns pontos levantados pela parlamentar.

Com 17 mil metros quadrados projetados, a Arena Multiuso de Florianópolis está sendo construída em Canasvieiras, no Norte da Ilha. A construtora responsável pela obra já recebeu R\$ 4,8 milhões e suspendeu as atividades em outubro de 2010, por falta de recursos. Duas emendas parlamentares, no valor de R\$ 3,9 milhões cada, foram empenhadas pela Caixa Econômica para esse empreendimento, mas não chegaram a ser

disponibilizadas porque o banco constatou divergências de ordem técnica e financeira no projeto. Uma das emendas já teve prazo vencido e a outra vencerá no dia 24 de abril "Precisamos fazer um esforço político para, pelo menos, aproveitar esse recurso que está disponível na Caixa", propôs Angela.

EXPLICAÇÕES

Devido à mudança de governo, os representantes do Executivo presentes à audiência declararam-se inaptos a responder pelos problemas ocorridos desde a licitação desse projeto. Foi essa a posição do deputado licenciado e atual secretário regional Renato Hinnig. Ele, no entanto, comprometeu-se em "contribuir para dar o melhor destino a essa obra, conforme a orientação técnica e jurídica que for dada".

O representante da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, Marcos Vinícius Borges, explicou que estão sendo estudadas as possibilidades de adequação do projeto. Uma comissão que inclui representantes da sociedade foi composta para acompanhar o andamento dessas questões. Durante a audiência foi proposto que a comissão agregue representantes do Sapiens Parque e do setor cultural.

Em nome da Prefeitura de Florianópolis, o secretário de governo, Gean Loureiro, afirmou que o compromisso assumido pelo município no termo de cooperação técnica foi cumprido. "A comunidade quer a estrutura. O que estamos discutindo é como realizar as adequações necessárias."

AUDIÊNCIA DISCUTE SITUAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS EM SANTA CATARINA

Reunião culmina com a aprovação de carta com nove reivindicações do movimento que mobiliza a comunidade serrana

ALEXANDRE BACK

Para esclarecer quem são e quais os direitos dos atingidos por barragens, parlamentares, autoridades municipais, lideranças de movimentos sociais, além de representantes do empresariado e de órgãos ambientais reuniram-se em audiência pública, dia 7, para discutir a construção da usina hidrelétrica Garibaldi, que deve inundar áreas de cinco municípios da região serrana. O evento foi realizado por iniciativa do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura, no município de Cerro Negro. Ao final, foi aprovada uma carta com nove reivindicações do Movimento dos Atingidos por Barragens, entre maior transparência nas ações da Triunfo Participações e Investimentos, empresa responsável pela construção da Barragem, e o apoio do governo na obtenção das indenizações pecuniárias e compensações sociais.

Conforme estudo feito em todo o país pela Comissão Especial de Direitos Humanos dos Atingidos por Barragens, a construção de tais empreendimentos precisa ser melhor debatida, em virtude dos impactos negativos que tem acarretado. Segundo o representante da entidade, Leandro Scalabrin, o fato tem se agravado pela falta de informações sobre a localização precisa das terras que serão inundadas e quais critérios serão usados na definição das indenizações. Tais dúvidas, acrescentou Scalabrin, vem trazendo incertezas e angústia à população dos municípios. "Esta obra já começou mal, pois o acesso às informações sobre quem será atingido está sendo negado, o



Comissão de Pesca e Aquicultura promove reunião no município de Cerro Negro, Planalto Serrano, para ouvir comunidade afetada pela construção de hidrelétrica

que é uma clara violação dos direitos dessas pessoas", disse.

Os questionamentos também foram levantados pelo prefeito de Cerro Negro, Janerson Delfes Furtado, que declarou que há três meses não tem conseguido contatar a direção da Triunfo. "Não sabemos qual os critérios adotados para se chegar aos valores indenizatórios, nem quais serão as compensações sociais que os municípios receberão". Furtado ressaltou ainda que a preocupação da população é justificada já que o impacto ambiental, econômico e social do empreendimento deverá ser o maior de todas as unidades hidrelétricas implantadas na Serra catarinense, pois grande parte da área inundada

FATMA GARANTE QUE ASPECTO SOCIAL RECEBE ATENÇÃO

O representante da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fatma), Daniel Vinícius Netto, considerou os questionamentos legítimos e afirmou que a obra possui autorização para prosseguir somente em áreas já indevidas. "Temos a preocupação não só com a parte ambiental, mas também social. Não vamos admitir obras de atropelo".

Segundo Netto, a Fatma é apenas um dos vários órgãos licenciadores da usina, mas está adotando providências para garantir todos os direitos aos atingidos. De forma inédita, afirmou ainda, a entidade tomará obrigatória

as compensações de caráter social. "Cobramos investimentos não só no meio ambiente, mas também obras públicas em benefício da população".

Falando em nome da Triunfo, o assistente jurídico Alan Dalla Soares ressaltou que a construção está em fase de levantamento físico das áreas atingidas e de cadastro físico das propriedades, que se estenderá até o dia 30. Em uma próxima fase, que deve durar dois meses, será feito levantamento de campo, para fixar o valor indenizatório de cada propriedade. Os valores serão levantados por livre negociação, feita individualmente com cada proprietário.

"Até o momento temos apenas licença para a instalação nas áreas já adquiridas. Não haverá alargamento antes da licença para operação, que só será obtida após todas as indenizações", disse. Alan informou que a construção prevê um programa de melhorias na estrutura das cidades atingidas. Para sanar dúvidas a empresa mantém um canal de comunicação disponível por e-mail e através de linha 0800. Padre Pedro lamentou a ausência de representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e dos ministérios da Agricultura e de Minas e Energia.

A OBRA

Conforme a previsão, a instalação da usina hidrelétrica Garibaldi, na localidade de Araçá, usará o potencial do rio Canoas para a formação do reservatório. O volume de água inundará 26,79 quilômetros quadrados, exigindo a remoção de 539 famílias em cinco municípios do entorno. Estudos de impacto ambiental apontam que Abdon Batista será o município mais atingido, com 4,69% do seu território alagado, seguido de Cerro Negro com 2,4%, Vargem Grande com 1,7%,

São José do Cerrito com 1,29% e Campo Belo do Sul com 0,14%.

O muro da barragem terá 37 metros de altura e 915 metros de extensão e a barragem terá capacidade para gerar 150mw de energia e capacidade de geração de 175 mega watts, energia suficiente para abastecer uma cidade com 300 mil habitantes. Os gastos previstos na obra são da ordem de R\$ 450 milhões, com início da geração de energia previsto para outubro de 2014.

LIDERANÇAS COBRAM CONCLUSÃO DA BR-101 SUL

LISANDREA COSTA

A união de forças políticas pela conclusão do trecho Sul da BR-101 marcou, dia 12, o tom da reunião do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, realizada em Brasília. O peso político do encontro pôde ser medido pela presença do governador Raimundo Colombo, de 14 deputados estaduais, incluindo o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), dos três senadores e de diversos deputados federais que compõem o Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, presidido pelo deputado federal Edinho Bez (PMDB), além de prefeitos do Sul do estado. Um novo cronograma de obras foi apresentado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Apesar das expectativas, o DNIT não apresentou prazo preciso para conclusão das obras da BR-101. Entraves de licenciamento ambiental e a substituição de empreiteiras por razão de descumprimento de contratos são as principais justificativas para os atrasos. Conforme o cronograma divulgado pelo diretor-geral do órgão, Luiz Antônio Pagot, mais de 90% das obras previstas na primeira fase do empreendimento estarão concluídas até dezembro de 2011, restando os lotes 25 (entre Capivari de Baixo e Laguna) e o 29 (entre Sombrio e Araranguá) para entrega até julho e dezembro de 2012, respectivamente. O trecho catarinense da BR-101 Sul tem 248,5 quilômetros de extensão e foi orçado em R\$ 1,9 bilhão.

A segunda fase do empreendimento é a mais atrasada. Essa etapa inclui três grandes obras de engenharia – o túnel do Morro dos Cavalos, a Ponte sobre a Lagoa de Cabeçadas, em Laguna, e o túnel do Morro For-



Presidente Gelson Merisio, deputado Edinho Bez e senador Luiz Henrique

mição, em Tubarão. No caso do túnel do Morro dos Cavalos, o impedimento está na questão indígena. "O licenciamento ambiental não sai porque a Funai ainda não deu anuência", apontou Pagot. A construção da ponte, por sua vez, tem prazo estimado em 36 meses a partir da assinatura da ordem de serviço, enquanto o túnel do Morro do Formiçãõ deve exigir 24 meses de obras. Essas duas últimas estruturas estão em fase de licitação. O diretor-geral do DNIT disse que os gargalos provocados pelos atrasos das obras serão minimizados "com o alargamento da estrada em alguns pontos e orientações de tráfego".

Merisio classificou o encontro como "um momento emblemático para Santa Catarina. Uma demonstração clara do nosso Estado quanto ao comprometimento em somar esforços para ajudar a resolver os problemas. Esta representação aqui reunida pode contribuir para dar celeridade às obras." Ele pediu que o fórum tenha acompanhamento da execução do cronograma. "É fundamental termos calendários que possam ser observados e entendidos. Somos aliados do governo nessa questão e estamos imbuídos do mesmo objetivo, que é

minimizar os problemas e acelerar a conclusão das obras", disse Merisio. Raimundo Colombo cobrou das empresas comprometimento com os prazos previstos na exposição do DNIT e pediu celeridade na solução do entrave indígena. "Sabemos que esses índios não são brasileiros." Em tom mais crítico, o presidente da Comissão de Transportes, deputado Valmir Comin (PP), atribuiu o atraso nas obras "a problemas de gestão". Ele alegou que "no Rio Grande do Sul as obras de duplicação estão mais adiantadas". Os prejuízos econômicos e a perda de vidas em acidentes na estrada foram enfatizados pelo deputado Manoel Motta (PMDB). O custo da Ponte de Cabeçadas, estimado em R\$ 662 milhões, também foi questionado por participantes da reunião. Já a Funai foi alvo de críticas generalizadas durante o encontro.

Respondendo questionamentos, o diretor-geral do DNIT informou que a elevação do custo da ponte decorre da alteração do projeto, pois estava projetada uma ponte rasa com aterro, rejeitada por questões ambientais. Pagot comprometeu-se a apresentar relatórios mensais das obras ao fórum e à Assembleia Legislativa.

FÓRUM DEBATE PASSIVO DA ACAFE

O Fórum Parlamentar Catarinense, presidido pelo deputado federal Edinho Bez (PMDB), reuniu-se dia 11, na sala de imprensa da Assembleia Legislativa para discutir com os representantes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) uma estratégia para equacionar o passivo da Acafe com a Receita Federal, derivado do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

Os parlamentares catarinenses, depois de ouvirem a exposição do professor Mário Cesar dos Santos, reitor da Univall, decidiram priorizar a aprovação de uma emenda do deputado

federal Décio Lima (PT) à Medida Provisória nº 528/2011, que corrige a tabela do Imposto de Renda. A emenda dispensa as fundações de ensino instituídas e mantidas pelos estados ou municípios de recolherem IRRF.

Ficou decidido que os membros do Fórum vão interagir com os líderes das suas bancadas no Congresso Nacional para sensibilizá-las da necessidade de dispensar as instituições do sistema Acafe de constituírem créditos relativos ao IRRF.

A Acafe, por sua vez, elaborará um documento a ser apresentado ao relator da MP 528/2011, expli-

cando a peculiaridade do sistema, composto por instituições comunitárias que, além de cobrarem mensalmente, recebem recursos dos governos municipais, estadual e federal.

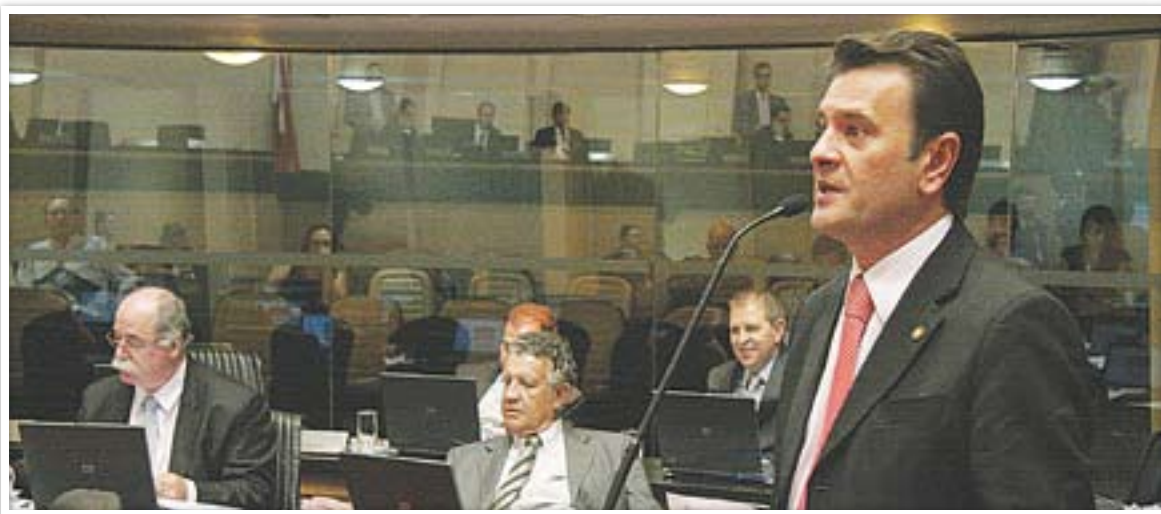
Além disso, os senadores Paulo Bauer (PSDB) e Casildo Maldaner (PMDB) comprometeram-se em agendar audiência com o Ministro da Educação e com a coordenação política do governo Dilma Rousseff para tratar do assunto. Segundo o vice-presidente da Acafe, professor Mário dos Santos, o passivo com o IRRF é "impagável, e, caso não haja a reversão dessa situação, vai inviabilizar o sistema Acafe".



Na reunião, comissão da Assembleia Legislativa ouviu apelo dos moradores por informações a respeito do impacto da obra

ISENÇÃO DO ICMS PARA PINHÃO

Plenário dá sinal verde a projeto que beneficia 12 mil famílias em SC



CARLOS KILIAN

Deputado Elizeu Mattos comemora a agilidade da tramitação da matéria, que já havia sido proposta por Dresch

Os deputados aprovaram, na sessão ordinária do dia 13, o Projeto de Lei nº 102/2011, de autoria do governo do Estado, que isenta a comercialização de pinhão da cobrança de ICMS. O projeto agora, segundo o líder do governo na Assembleia, deputado Elizeu Mattos (PMDB), segue para sanção governamental. "Fizemos a nossa parte e agilizamos a tramitação do PL nas devidas comissões", destacou.

"Elizeu Mattos assumiu o compromisso de levar até o governo essa importante reivindicação e cumpriu com a sua palavra. Está de parabéns o parlamentar serrano por mais essa sua atitude", disse o deputado Dirceu Dresch (PT). Dresch é autor de projeto com a mesma finalidade que, por ser de origem parlamentar, se tornou inconstitucional, pois trata-se de isenção de impostos, decisão que cabe tão somente ao Executivo.

Dresch destacou a importância do projeto para a atividade, que, em sua cadeia produtiva, emprega cerca de 12 mil famílias. "Esta lei certamente será um grande incentivo para a geração de emprego e renda para todos os envolvidos na cadeia de produção do pinhão, auxiliando na preservação cultural, que está ligada à atividade". O parlamentar agradeceu ao governo pelo envio do projeto, de redação igual ao que já havia apresentado em 2009, e acrescentou que a medida não deve ter impactos financeiros significativos na arrecadação.

COMISSÃO

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 12, de autoria do PP, foi aprovado o Projeto de Emenda Constitucional nº 01/2007, que torna impositiva a execução pelo governo do Estado das

prioridades elencadas nas audiências do Orçamento Regionalizado. Elizeu Mattos afirmou que enviará a PEC ao secretário da Fazenda, Ubiratan Rezende, que já se mostrou favorável à proposta. Aprovada a sua constitucionalidade, a matéria deve retornar à CCJ para análise do mérito.

De autoria do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), foi aprovado o PL nº 2/2011, que estabelece a criação do Parque Estadual da Praia de Taquarinhas, em Balneário Camboriú. A matéria passa a análise das comissões de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Na sequência, foi aprovado pela comissão o PL nº 103/2011 que institui o Dia Estadual do Assistente de Educação, a ser comemorado no dia 25 de agosto. A intenção do autor do projeto, deputado Valmir Comin (PP), é valorizar uma categoria em ascensão no cenário estadual catarinense.

AGRICULTORES EM BUSCA DE PROFISSIONALIZAÇÃO

Cerca de 500 agricultores e pescadores, participantes do seminário estadual promovido pela Associação Estadual das Casas Familiares Rurais e do Mar de Santa Catarina (Arcafar/SC), marcaram presença em Plenário no dia 12. O seminário que se estendeu até o dia 13 teve por finalidade promover o envolvimento de pais, jovens, parceiros e lideranças fortalecendo a partir do debate a formação de profissionais garantindo a manutenção, ampliação e contratação de monitores.

Com uma ampla programação, o seminário teve como temas principais o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Novas Alternativas de Produção para Agricultura Familiar e a Pedagogia de Alternância como Metodologia de Formação Profissional.

A convite do deputado padre Pedro Baldissera (PT), a visitia ao

Legislativo pretendeu sensibilizar os parlamentares e reivindicar ao governo do Estado recursos para manter o trabalho oferecido pela Arcafar. De acordo com o parlamentar,

atualmente 20 casas familiares estão presentes em mais de 80 municípios catarinenses atendendo cerca de 4 mil famílias de agricultores e pescadores artesanais do estado.



JONAS LEMOS CAMPOS

Com faixas, agricultores ocupam galerias no Plenário Osni Régis

CONSCIÊNCIA LIMPA É DESTACADO NA ESPANHA

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) foi, dia 12, um dos palestrantes da mesa de trabalhos do 9º Seminário Binacional de Administração Pública Municipal 2011, em Santander, na Espanha. Promovido e organizado pelo Instituto Ambiental Biosfera e Tordesilhas, o evento reúne políticos do Brasil e da Espanha para troca de experiências em projetos e na administração pública.

Em seu pronunciamento, Nilson Gonçalves abordou o programa Consciência Limpa, instituído na Casa Legislativa para incentivar a prática de reaproveitamento de materiais e da redução e reciclagem dos dejetos. O programa foi contemplado com o Troféu Fritz Müller, um dos mais importantes prêmios da área ambiental do Sul do País. "Também explanei sobre o modelo descentralizado do Governo do Estado e a questão administrativa do município de Joinville", comentou o parlamentar.

Segundo Gonçalves, o prefeito de Santander destacou na abertura do evento, dia 11, o crescente interesse do setor econômico da Espanha pelo Brasil. "Em 2009, apenas 50 empresas espanholas

procuraram fazer negócios com nosso País, número que cresceu para cerca de duas mil empresas em 2010", relatou o parlamentar. "O representante da Embaixada do Brasil também informou que diariamente pessoas buscam uma forma de vir ao Brasil para trabalhar. A estabilidade política e econômica conquistada por nosso País traz esse efeito", destacou.

No dia 13 o deputado conheceu práticas públicas da região e fez contato com empresas de diversos segmentos – transporte, construção, serviços – interessadas em investir no Brasil.



Gonçalves: troca de experiência

DEPUTADOS PARTICIPAM DE ENCONTRO EM MONTEVIDÉU

Os deputados Gilmar Knaesel (PSDB), Kennedy Nunes (PP) e Edison Andrino (PMDB) integram a delegação do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares Sul Americanos e do Mercosul (UPM), que participa, dia 14, em Montevidéu, República Oriental do Uruguai, da reunião sobre o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

O convite aos parlamentares da UPM partiu do próprio embaixador Régis Arslanian, chefe da representação brasileira junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercosul. O Focem vem sendo utilizado para financiar importantes obras de infraestrutura no país e os parlamentares brasileiros vão ter a oportunidade de conhecer detalhes sobre a viabilização de projetos.

Aproveitando a presença de 18 parlamentares estaduais bra-

sileiros para o evento em Montevidéu, o Bloco Brasileiro da UPM, presidido pelo deputado Miki Breier (PSB), do Rio Grande do Sul, também fará reunião extraordinária para tratar das restrições da Argentina às importações de produtos brasileiros.



Andrino integra delegação

NOVA ESTRUTURA DO EXECUTIVO

Plenário aprova projeto sem emendas parlamentares

O PLC 8/11, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual, foi aprovado, em primeiro e segundo turnos, na sessão do dia 13 sem emendas parlamentares. A matéria recebeu 24 votos favoráveis e 7 contrários. As bancadas de oposição, PT, PDT e PCdoB votaram contra e defenderam 17 emendas votadas como destaque em Plenário, todas rejeitadas por maioria.

Também foi rejeitado destaque do deputado Marcos Vieira (PSDB), que propunha a transferência do município de Serra Alta da regional de Chapecó para Maravilha.

A matéria, que entrou em regime de urgência na Casa dia 1º de março com 79 itens, recebeu 49 emendas parlamentares – todas rejeitadas. Apenas 17 delas foram selecionadas pelas bancadas para serem defendidas em Plenário. Em contrapartida, as três emendas do governo foram aprovadas. A primeira redefiniu vários pontos, entre eles as competências da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc). Também atribuiu à Secretaria de Estado da Fazenda o acompanhamento da execução orçamentária, a administração financeira e de controle interno.

A mesma emenda assegurou a relocação dos servidores em exercício nos órgãos transformados da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Eles manterão os mesmos níveis de referência adquiridos hoje na Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania e



CARLOS KILIAN

Emendas votadas em destaque, de origem parlamentar, são rejeitadas

no Departamento Estadual de Defesa Civil, transformadas, respectivamente, em Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e Secretaria de Estado da Defesa Civil.

A extinção das 22 gerências de Desenvolvimento Ambiental da Fatma, prevista no projeto original, foi anulada por outra emenda, que suprimiu o artigo 59, atendendo ofício dos deputados pedindo que fossem mantidas as 36 atuais secretarias. A emenda também contemplou de forma mais abrangente as atividades finalísticas da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) que, por não estarem previstas na legislação, acarretam uma série de problemas de ordem técnico-administrativa, interferindo no funcionamento do órgão.

Outra emenda, apresentada pelo líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), ao relator do projeto na CCJ, deputado Romildo Titon

(PMDB), alterou a redação do artigo 71 do PLC, modificando a redação do caput do artigo 2º, da LC nº 442/09, que dispõe sobre a carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual. A alteração acresceu dois parágrafos citados ao dispositivo legal, a fim de reduzir o quantitativo de cargos previstos de 650 para 500.

Também acrescentou dois artigos ao PLC. O primeiro previu que os servidores de que trata a Lei 442/09 terão exercício no órgão em que forem lotados, ressalvados o exercício de cargos eletivos e o desempenho de cargo ou funções na administração pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, sem prejuízo da remuneração e indenização atribuíveis à carreira. O segundo alterou o Anexo Único da Lei Complementar 442/07, que trata dos níveis quantitativos dos cargos de Auditor Fiscal da Receita Estadual.

PROCURADOR APRESENTA BALANÇO 2010 DO MP

O procurador-geral de Justiça, Gercino Gomes Neto, apresentou dia 13, o balanço anual de 2010 do Ministério Público de Santa Catarina ao Parlamento. No ano passado foram encaminhadas à Justiça mais de 93 ações por dia, foram realizadas 380 audiências públicas e mais de 58 mil atendimentos nos gabinetes. Contra a sonegação foram apresentadas 869

denúncias à Justiça. Gomes, que ocupa a função há quatro anos, por dois mandatos consecutivos, e passará o cargo dia 15 ao procurador Lio Marcos Marin, listou ainda aumento nos recursos tecnológicos e intensificação das campanhas.

“O projeto “MP vai às ruas”, iniciado em setembro de 2010, é um exemplo da estratégia desenvolvida

pelo MPSC de ouvir o cidadão”, enfatizou o procurador. A investigação foi outra frente de atuação reforçada no ano passado. Houve um aumento do número de Grupos de Atuação Especial de Combate a Organizações Criminosas (GAECOs), como passaram a se chamar as forças-tarefas coordenadas pelo MP com integrantes das polícias Civil e Militar.

DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO VOLTA AO DEBATE

A Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), a Associação dos Juizes para a Democracia (ADJ), a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, a Pastoral Carcerária, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sinjusc), com o apoio das bancadas do PT e do PCdoB, promoveram na Assembleia Legislativa debate sobre a criação da Defensoria Pública no Estado.

Santa Catarina adota outro mo-

delo de assistência judiciária gratuita, a Defensoria Dativa, exercido por advogados cadastrados na OAB e que são designados para atender as demandas judiciais daqueles que não têm condições de pagar um defensor. Entretanto, o valor pago aos profissionais do Direito é inferior ao praticado pelo mercado, circunstância que prejudica o atendimento, pois o advogado acaba priorizando as causas mais rentáveis.

O representante da Anadep, André Castro, solicitou o apoio dos deputados à Defensoria Pública, para “consolidar o acesso à Justiça e para que o estado deixe a contramão da história”. Atualmente tramita na Casa projeto de lei de iniciativa popular criando a Defensoria Pública. Segundo o deputado José Nei Ascari (DEM), relator do projeto, “o momento é de ouvir, de colher informações”.

NA TRIBUNA

100 DIAS DE GOVERNO (1)

O deputado Dirceu Dresch (PT) apresentou, na condição de líder do PT, uma avaliação feita pela bancada petista sobre os 100 dias do governo Colombo. “Não estamos torcendo pelo insucesso do governo. Estamos sugerindo projetos e políticas que melhorem a vida do povo. Não existe um plano para resolver os grandes problemas em cinco grandes eixos: saúde, educação, segurança pública, balança comercial e infraestrutura. Até aqui, o governo não apontou

perspectivas concretas de resolução desses problemas”, disse.



Dresch: melhores políticas

100 DIAS DE GOVERNO (2)

Em defesa do governo, o deputado Jean Kuhlmann (DEM) afirmou que o governador Raimundo Colombo está fazendo o que um governante deve fazer, que é primeiramente conhecer bem as necessidades do seu estado. “A partir daí sim, o governo vai começar a fazer todas as ações importantes para Santa Catarina.” Sobre esse assunto, o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), disse que o governo Colombo não é de continuísmo e

que a administração está em fase de planejamento.



Kuhlmann: defesa do governo

EDUCAÇÃO

Com base em pesquisa sobre os 100 dias do governo Raimundo Colombo, a deputada Luciane Carminatti (PT) afirmou que os catarinenses depositam na educação as chances de melhorar a qualidade de vida. Sugeriu a melhoria do piso salarial do magistério e implantação de plano de cargos e carreira; adoção de processos democráticos com o fim da indicação política de diretores de escolas e a capacitação permanente para todos catarinenses, entre outras propostas para a área.

nenses, entre outras propostas para a área.



Luciane Carminatti: piso

CARNE SUÍNA

O deputado Mauro de Natal (PMDB) comemorou a abertura do mercado chinês para a importação da carne suína brasileira divulgada dia 11. Santa Catarina tem grandes expectativas de exportação já que a carne suína é a quinta no ranking de exportações catarinenses, com destaque para países como a Ucrânia, a Rússia e Cingapura. “Isto é uma vitória para o nosso agricultor, que dizem que acorda com o galo, mas que sabemos, está trabalhando

tanto que acorda o próprio galo”, brincou.



Mauro de Natal: vitória

RESPONSABILIDADE SOCIAL EM CHAPECÓ

Município recebe primeiro de dez workshops da Certificação, que vai reconhecer trabalho social de empresas e entidades



EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA

Palestrante Elisângela Schappo destaca importância do balanço social, considerado diferencial das organizações

GUTIERES BARON

Chapecó recebeu dia 13 o primeiro dos dez workshops que serão realizados pelo Estado sobre a Certificação de Responsabilidade Social e o Troféu de Responsabilidade Social - Destaque SC. O objetivo dos eventos é orientar representantes de empresas e entidades com fins não econômicos interessadas em participar do processo de certificação, com ênfase na elaboração de seus balanços sociais.

Na parte da manhã, a palestrante Elisângela Schappo enfatizou a importância do balanço social, que segundo ela, é o principal instrumento para uma organização avaliar sua responsabilidade social. “Apesar de não ser obrigatório no Brasil, ele é uma importante moeda de negociação e um diferencial que pode ajudar em processos licitatórios e na conquista

de mercados consumidores”, ressaltou. À tarde, os participantes foram esclarecidos sobre detalhes do edital de certificação, da Lei nº 12.918/2004 e dos requisitos de documentação para o balanço social.

Criados pela Lei nº 12.918/2004, o Certificado e o Troféu de Responsabilidade Social estão na primeira edição. Os prêmios serão concedidos todos os anos pela Assembleia Legislativa a empresas privadas e entidades que promovam o bem estar da sociedade e preservação ambiental. Para este ano as inscrições estão abertas e podem ser feitas até o dia 30 de junho no site www.alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial.

O consultor legislativo Epitácio Bittencourt Sobrinho explica que a intenção dos prêmios é estimular a prática de atividades socialmente responsáveis nas organizações ca-

tarinenses. “Cada vez mais o mundo atual exige que as empresas atuem no mercado de forma socialmente responsável, tanto com relação aos seus funcionários quanto com a comunidade onde estão inseridas”, destacou.

A Certificação e o Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC é uma promoção da Assembleia Legislativa com participação de oito entidades parceiras: Ministério Público de Santa Catarina, CRC/SC, Fiesc, Sebrae, Observatório Social de Florianópolis; Conede/SC, Fampesc e Fecomércio.

No dia 15, será realizado novo encontro em Joaçaba, na Câmara Municipal de Vereadores. Na sequência, serão promovidos ainda workshops em Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Rio do Sul, Blumenau, Lages, Criciúma, Tubarão e Florianópolis.

CONFIRA O CALENDÁRIO DOS PRÓXIMOS ENCONTROS

DATA	CIDADE	LOCAL
15/04/2011	Joaçaba	Câmara Municipal Av. 15 de Novembro, nº 378 - Centro
28/04/2011	Joinville	Auditório- Ajorpeme Rua Urusanga, nº 292 - Bucarein
29/04/2011	Jaraguá do Sul	Centro Empresarial de Jaraguá do Sul Rua Octaviano Lombardi, nº 100 - Centro
09/05/2011	Itajaí	Associação Comercial e Industrial de Itajaí Rua Hercílio Luz nº 381 - Centro
11/05/2011	Rio do Sul	Auditório Sindicato Patronais/ AMPE Alto Vale Rua Alameda Bela Aliança, nº 06 - Jardim América
12/05/2011	Blumenau	Centro Esportivo do Sesi Rua Itajaí, 3434 - Vorspadt
13/05/2011	Lages	Câmara Municipal Rua Octacílio Vieira da Costa, nº 280 - Centro
26/05/2011	Criciúma	Salão Ouro Negro Prefeitura Municipal de Criciúma Rua Domênico Sônego, nº 542 - Centro
27/05/2011	Tubarão	Auditório - Sindilojas Rua Tubalcain Faraco, nº 20 - Centro
01/06/2011	Florianópolis	Sede do CRC - Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, nº 1900

CUIDADO COM MEIO AMBIENTE E INTERAÇÃO COM COMUNIDADE TERÃO PESO NA AVALIAÇÃO

Para habilitar-se à Certificação e concorrer ao Troféu, as organizações inscritas serão analisadas por intermédio de seus Balanços Sociais. Vários itens serão considerados, entre eles a participação dos empregados nos resultados econômicos, as

possibilidades de desenvolvimento oferecidas, o nível de interação com a comunidade e o cuidado com o meio ambiente.

O Certificado será concedido às empresas privadas e entidades com fins não econômicos que apre-

sentarem, em seu balanço social, a pontuação mínima em relação aos indicadores. Já o Troféu será oferecido às empresas privadas certificadas, de acordo com seu porte e segmento de atuação, que apresentarem o melhor nível de desempenho em responsa-

bilidade social, sendo classificadas segundo indicadores previstos.

Segundo a presidente da comissão mista formada por representantes das entidades parceiras na iniciativa, Raquel Souto, “o Certificado oferecido será uma referência para o cidadão,

indicando que a empresa presta uma atividade para o bem estar social. Já o Troféu será concedido conforme o porte e a área de atuação da empresa para haver igualdade no julgamento”, relatou a representante do Conselho Regional de Contabilidade de SC.

CERTIFICAÇÃO E TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL

**RECONHECIMENTO
ÀS EMPRESAS
E INSTITUIÇÕES
QUE DÃO VIDA AO
SEU PAPEL SOCIAL.**



Realização:



Parceiros:



Inscreva o balanço social da sua empresa privada ou entidade com fins não-econômicos. São duas modalidades de reconhecimento: Certificação de Responsabilidade Social e Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC.

Mais informações pelo telefone (48) 3221-2919 ou pelos endereços de e-mail rsocial@alesc.sc.gov.br e comissaorsocial@gmail.com

Inscrições:

www.alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial | até o dia 30 de junho de 2011.